

**TERMO DE REFERÊNCIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**REFERÊNCIA AO ETP Nº: 04/2025**

**1. DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, mediante disponibilização de veículo tipo Kombi/Van, com capacidade mínima de 12 (doze) e máxima de 15 (quinze) passageiros, com motorista devidamente habilitado, destinados ao atendimento das demandas institucionais dos órgãos e Secretarias do Município de Comendador Gomes/MG.

1.2. O objeto é classificado como **serviço comum e contínuo**, executado de forma indireta, com padrão de qualidade objetivamente definido em especificações usuais de mercado.

1.3. A contratação terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, **podendo ser prorrogada** por iguais e sucessivos períodos, mediante justificativa da Secretaria requisitante e comprovação da vantajosidade, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O pagamento será efetuado **por quilômetro rodado efetivamente executado e atestado**, conforme medições mensais e registros das Secretarias Requisitantes.

1.5. O valor estimado máximo da contratação é de **R\$77.850,00 (setenta e sete mil oitocentos e cinquenta reais)**, conforme pesquisa de preços constante dos autos.

1.6. Este Termo de Referência está **vinculado ao Estudo Técnico Preliminar nº 04/2026**, que fundamenta a necessidade e viabilidade técnica e econômica do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 1541/2023.

ITEM	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	QTD	UND	V. Unitário	V. Global
01	<p>Prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, mediante disponibilização de veículo tipo Kombi/Van, com capacidade mínima de 12 (doze) e máxima de 15 (quinze) passageiros, com motorista devidamente habilitado, para realização de deslocamentos intramunicipais, intermunicipais e, quando necessário, interestaduais, destinados ao atendimento das demandas institucionais das Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal de Comendador Gomes/MG.</p> <p><b>Especificações Técnicas Mínimas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Veículo com capacidade para 12 ou 15 passageiros, conforme requisição;</li><li>• Veículo devidamente licenciado e com CRLV vigente;</li><li>• Ano de fabricação compatível com as normas de segurança e conservação (conforme definido no TR);</li><li>• Cintos de segurança em todos os assentos;</li><li>• Equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro;</li><li>• Seguro de responsabilidade civil vigente;</li><li>• Manutenção preventiva e corretiva regular;</li><li>• Motorista com CNH categoria "D" ou superior, curso de transporte coletivo de passageiros e regularidade junto aos órgãos competentes.</li></ul> <p><b>Unidade de Medida:</b> Quilômetro rodado (KM).</p> <p><b>Forma de Remuneração:</b> Pagamento por quilômetro efetivamente executado e atestado pela Administração.</p> <p><b>Regime de Execução:</b> Execução indireta, sob demanda, por meio do procedimento auxiliar de credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.</p>	15.000	Km	R\$5,19	R\$77.850,00

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**

*[Handwritten signatures and stamps]*



1.7. Os serviços deverão ser realizados conforme a necessidade e agendamento da Secretaria Municipal, realizados prontamente pelos CREDENCIADOS nos locais, datas e horários definidos, conforme cronograma a ser realizado pela Secretaria Municipal Requisitante.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade contínua e essencial de transporte coletivo de passageiros de maior número, mediante a locação de veículos automotores com motorista, abrangendo kombi perua, destinados ao atendimento das demandas dos diversos órgãos e secretarias da Administração Pública Municipal de Comendador Gomes/MG.

2.2. A prestação deste serviço é imprescindível para manter o desenvolvimento das atividades institucionais do Município, uma vez que há demanda recorrente por deslocamentos de um maior público para eventos intermunicipais e intramunicipais de servidores, estudantes, pacientes, atletas, grupos culturais e munícipes, no âmbito de programas, projetos e ações públicas. Tais deslocamentos decorrem de atividades voltadas à educação, saúde, assistência social, esporte, cultura, capacitação profissional, turismo e gestão administrativa, todas integrantes das políticas públicas municipais.

2.3. Atualmente, para a frota do Município necessita destes veículos de maior porte para suprir as necessidades dessas atividades que são em números maiores de pessoas para esses tipos de eventos. A terceirização da prestação de serviços com condutor **garante maior flexibilidade operacional, economicidade, eficiência e segurança jurídica**, permitindo o atendimento tempestivo de demandas programadas e emergenciais, dentro e fora dos limites territoriais do Município.

2.4. A solução proposta, além de **otimizar recursos públicos**, evita gastos elevados com aquisição, manutenção, licenciamento, seguros, combustível e gestão de frota própria, assegurando que a Administração **pague apenas pelo uso efetivo do serviço** (quilômetro rodado). Essa modalidade de contratação está em consonância com os **princípios da economicidade, eficiência e planejamento**, previstos nos arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021.

2.5. A **forma de execução indireta** por meio de **credenciamento** (procedimento auxiliar previsto no art. 79, I da Lei nº 14.133/2021) é a mais adequada, pois:

- permite a **participação simultânea de diversas pessoas jurídicas**, ampliando a competitividade e o desenvolvimento econômico local;
- garante **disponibilidade contínua** de prestadores aptos a atender as demandas de forma descentralizada e sob demanda;
- evita concentração de serviços em um único fornecedor;
- e assegura a **seleção isonômica e transparente**, conforme critérios objetivos e impessoais.

2.6. Dessa forma, a contratação proposta revela-se **tecnicamente adequada, juridicamente possível e economicamente vantajosa**, constituindo instrumento essencial para garantir a **eficiência administrativa**, a **continuidade dos serviços públicos** e a **segurança no transporte de pessoas**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 1541/2023 e demais normas aplicáveis.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na **contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de** Contratação de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de transporte de passageiros, Kombi perua com motorista habilitado, destinados ao transporte, para o transporte coletivo de passageiros vinculados às atividades administrativas, institucionais, educacionais, sociais, esportivas, culturais e de saúde promovidas pelo Município de Comendador Gomes/MG.

3.2. A contratação será realizada por meio do **procedimento auxiliar de credenciamento**, previsto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 1541/2023, possibilitando que **diversas pessoas jurídicas habilitadas** sejam cadastradas para prestar os serviços conforme a demanda das Secretarias Municipais, de forma **simultânea, não excludente e sob demanda**.

3.3. A solução foi planejada para **atender de forma contínua, flexível e econômica** as demandas municipais de transporte de pessoas, garantindo:

- **disponibilidade permanente de veículos e motoristas** para deslocamentos locais e intermunicipais;

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**

*[Assinaturas manuscritas em azul]*



- **eficiência operacional**, pela possibilidade de atender simultaneamente várias secretarias e eventos;
- **redução de custos fixos**, evitando gastos com aquisição, manutenção, licenciamento e gestão de frota própria;
- e **segurança jurídica e contratual**, mediante o credenciamento de empresas previamente habilitadas e fiscalizadas.

3.4. A prestação dos serviços abrangerá **viagens programadas e emergenciais**, dentro e fora dos limites do Município, com a utilização de **veículos devidamente licenciados, assegurados e em conformidade com as normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações aplicáveis**.

3.5. Cada empresa credenciada deverá disponibilizar veículos em **perfeito estado de conservação, com conforto, acessibilidade e segurança**, obedecendo aos seguintes parâmetros mínimos:

- Veículos com capacidade de 12 e 15 pessoas
- Ar-condicionado, cintos de segurança em todos os assentos e equipamentos de segurança obrigatórios;
- Manutenção preventiva e corretiva em dia, com vistorias periódicas exigidas pela Administração;
- Motoristas **habilitados (categoria D ou E)**, com experiência comprovada, curso de transporte de passageiros e conduta ética compatível com o serviço público.

3.6. Os custos relativos a combustível, pedágios, lubrificantes, manutenção, seguro e demais encargos são **de inteira responsabilidade da contratada**, sendo o Município responsável apenas pelo pagamento do serviço **por quilômetro rodado efetivamente executado e atestado** pela Secretaria Requisitante.

3.7. A distribuição das viagens será gerenciada pelas Secretarias demandantes, observando critérios de **equidade, necessidade e disponibilidade operacional**. Quando houver mais de um credenciado apto, será adotado **rodízio ou divisão proporcional**, garantindo isonomia, eficiência e equilíbrio na prestação dos serviços.

3.8. A execução ocorrerá mediante **requisição formal da Secretaria interessada**, contendo data, destino, número de passageiros e quilometragem estimada. Após a execução, será emitido **relatório de serviço**, acompanhado de **ordem de transporte e comprovante de quilometragem**, que servirá de base para a **medição e liquidação da despesa**, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

3.9. A fiscalização do contrato será exercida por servidor designado, responsável por atestar a conformidade da execução e garantir que os serviços mantenham os padrões de qualidade, pontualidade e segurança exigidos.

3.10. O **pagamento** será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

#### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.2. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.3. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.4. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

4.5. a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.6. a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.7. responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

4.8. notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**





4.9. Comunicar ao Contratado posterior alteração do projeto pelo Contratante na hipótese do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 5.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;
- 5.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.4. A Contratada se responsabilizará por quaisquer despesas decorrentes da realização dos serviços;
- 5.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.6. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 5.7. Atender prontamente todas as solicitações do Contratante previstas no Edital e seus anexos.
- 5.8. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto ao fornecimento dos serviços contratados.
- 5.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos.
- 5.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 5.12. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência da Contratante.
- 5.13. Acatar todas as orientações do Município, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.14. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.15. Indicar preposto para representá-la durante a vigência da ata de registro de preço;
- 5.16. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
- 5.17. Os serviços a serem solicitados deverão ser realizados conforme cronograma de cada secretaria requisitante,
- 5.18. O objeto contratado deverá ser realizado por profissional capacitado e/ou com notório saber, de forma a permitir a completa informação a população.
- 5.19. Adaptar os planos de acordo com as necessidades de cada secretaria,.
- 5.20. Assegurar que todas as divulgações estejam em conformidade com as normas e regulamentos da entidade contratante.
- 5.21. Manter uma comunicação eficaz com a população e a Secretaria Municipal Requisitante.
- 5.22. Obrigações Técnicas e Operacionais

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**

*[Handwritten signatures and stamps in blue ink]*



- I – Disponibilizar veículo tipo Kombi/Van com capacidade mínima de 12 (doze) e máxima de 15 (quinze) passageiros, conforme requisição da Administração;
- II – Manter os veículos em perfeitas condições de uso, conservação, segurança, higiene e funcionamento;
- III – Garantir que os veículos estejam devidamente licenciados, com CRLV vigente e em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e normas do CONTRAN;
- IV – Manter seguro de responsabilidade civil vigente, cobrindo danos materiais e pessoais causados aos passageiros, à Administração e a terceiros;
- V – Realizar manutenção preventiva e corretiva periódica, mantendo registros disponíveis para fiscalização;
- VI – Substituir o veículo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, em caso de pane, defeito mecânico ou qualquer situação que comprometa a segurança ou regularidade da prestação do serviço;
- VII – Executar os serviços exclusivamente mediante requisição formal da Secretaria requisitante.

#### **5.23. Obrigações Relativas aos Motoristas**

- I – Disponibilizar motorista devidamente habilitado, com CNH categoria “D” ou superior e curso de transporte coletivo de passageiros;
- II – Assegurar que o condutor possua experiência compatível com o serviço e mantenha conduta ética, profissional e respeitosa;
- III – Cumprir rigorosamente as normas de trânsito, limites de velocidade e regras específicas para transporte de passageiros;
- IV – Observar as normas de proteção à criança e ao adolescente, quando aplicável, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990);
- V – Substituir o motorista sempre que houver determinação da Administração por motivo justificado.

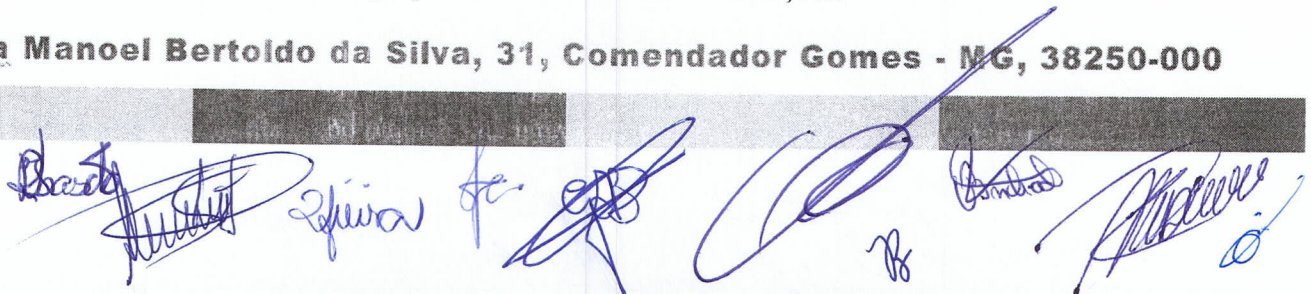
#### **5.24. Obrigações Financeiras e Trabalhistas**

- I – Arcar integralmente com todos os custos da execução do serviço, incluindo combustível, manutenção, pedágios, tributos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas operacionais;
- II – Manter durante toda a vigência contratual as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira;
- III – Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato;
- IV – Responder por acidentes ocorridos durante a prestação do serviço, inclusive quanto a danos materiais e pessoais.

### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 6.1. SUSTENTABILIDADE:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 6.2. SUBCONTRATAÇÃO:** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do serviço.
- 6.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO** Não haverá exigência de garantia contratual para a contratação dos serviços.
- 6.4. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:** É admissível a fusão, cisão ou incorporação do contratado com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do serviço pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da licitação.
- 6.5.** A contratação apresenta como requisito temporal a execução do objeto deste instrumento no prazo de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato administrativo, podendo ser prorrogado caso haja interesse público e de acordo com o que preconiza a Lei Geral de Licitações.

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**





- 6.6. A CREDENCIANTE deverá comprovar suas Condições de PROPOSTA e HABILITAÇÃO.
- 6.7. Para o fornecimento dos serviços solicitados, a interessada deverá ser comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto desta licitação, bem como apresentação dos documentos previstos no art. 62, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.8. Os licitantes deverão assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.
- 6.9. Disponibilizar veículos em perfeito estado de conservação e funcionamento, adequados para o transporte de passageiros, incluindo crianças e adolescentes, conforme as necessidades do Município. Todos os veículos devem estar devidamente licenciados e seguros, atendendo às normas de segurança vigentes.
- 6.10. Os licitantes deverão repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.
- 6.11. Ficará sob a responsabilidade do fornecedor a entrega dos serviços, ficando vedado ao vencedor entregar quantidade e qualidade diversas ao que foi solicitado.
- 6.12. O Contratado deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade especificação dos produtos que serão entregues.
- 6.13. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.14. Os veículos das credenciadas deverão estar em perfeitas condições e caso a fiscalização constate a existência de defeitos, os mesmos poderão ser rejeitados e devolvidos a empresa, devendo a mesma, substituir o mesmo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 6.15. Manter os veículos em excelentes condições de uso, realizando manutenção preventiva e corretiva conforme recomendação do fabricante e normas de trânsito. A contratada deverá apresentar registros de manutenção e vistorias periódicas sempre que solicitado pela contratante.
- 6.16. Assegurar que todos os motoristas designados para a prestação do serviço sejam devidamente habilitados, possuam experiência comprovada no transporte de passageiros e sejam treinados em condução defensiva, primeiros socorros e atendimento a crianças e adolescentes. Os motoristas devem ter a documentação regularizada e estar aptos a realizar o transporte de acordo com as exigências legais.
- 6.17. Cumprir rigorosamente os horários e itinerários estabelecidos pela contratante, garantindo a pontualidade nos deslocamentos para os locais dos eventos esportivos. A contratada deve garantir a disponibilidade dos veículos conforme o cronograma previamente acordado.
- 6.18. Garantir a segurança dos passageiros durante todo o trajeto, observando as normas de trânsito, limites de velocidade, e as orientações específicas para o transporte de crianças e adolescentes. A contratada deve assegurar que todos os passageiros utilizem cinto de segurança e que os veículos sejam equipados com dispositivos de segurança adequados para crianças, quando necessário.
- 6.19. Manter vigente um seguro de responsabilidade civil que cubra eventuais danos materiais e pessoais causados aos passageiros e a terceiros durante a prestação dos serviços. A apólice de seguro deverá ser apresentada à contratante antes do início da execução dos serviços e renovada sempre que necessário.
- 6.20. Cumprir todas as normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço de transporte de passageiros, incluindo, mas não se limitando, à legislação de trânsito, normas de segurança e regulamentações específicas para o transporte de crianças e adolescentes.
- 6.21. Manter comunicação constante e eficiente com a contratante, informando sobre qualquer eventualidade, alteração de itinerário ou situação imprevista que possa impactar a prestação dos serviços. A contratada deve estar disponível para atendimento durante todo o período de execução do contrato, garantindo um canal de comunicação direto com a contratante.
- 6.22. Fornecer à contratante relatórios periódicos sobre a execução dos serviços, incluindo detalhes sobre os trajetos realizados, horários de partida e chegada, manutenção dos veículos, e quaisquer incidentes ocorridos. A documentação relacionada à prestação dos serviços deve ser organizada e disponibilizada para auditoria ou fiscalização, conforme solicitado pela contratante.
- 6.23. Garantir que todos os motoristas e funcionários envolvidos no serviço adotem uma postura ética, cordial

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



e respeitosa no atendimento aos usuários, especialmente crianças e adolescentes, seguindo normas de conduta estabelecidas pela contratante e respeitando os direitos dos passageiros.

6.24. Submeter os veículos a vistorias técnicas determinadas pelo Município;

6.25. Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;

6.26. Em caso de acidente envolvendo o veículo contratado ou por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa, serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA;

6.27. A presente contratação exige que as empresas interessadas possuam plena capacidade técnica, jurídica, fiscal, trabalhista e operacional para a execução dos serviços de locação de veículos automotores com motorista, de forma contínua, segura e eficiente. As pessoas jurídicas credenciadas deverão comprovar, no ato de credenciamento, que possuem habilitação jurídica regular e atuam no ramo de atividade compatível com o objeto contratual, apresentando documentação que comprove o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, contrato social atualizado e demais documentos exigidos pela legislação vigente.

6.28. Os veículos disponibilizados deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, devidamente licenciados e segurados, atendendo integralmente às normas do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), às resoluções do CONTRAN e demais regulamentações aplicáveis ao transporte de passageiros. Cada veículo deverá dispor de cintos de segurança em todos os assentos, ar-condicionado em funcionamento, dispositivos de acessibilidade quando exigidos, e equipamentos obrigatórios de segurança, incluindo extintor, triângulo, macaco e estepe em condições adequadas de uso.

6.29. As empresas contratadas deverão manter os veículos em excelentes condições mecânicas, elétricas e estruturais, realizando manutenções preventivas e corretivas de forma periódica, com registros que possam ser apresentados sempre que solicitado pela fiscalização municipal. Em caso de defeito, pane ou qualquer irregularidade, o veículo deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus adicional para a Administração Pública.

6.30. Os motoristas designados para a execução dos serviços deverão ser profissionais habilitados, com Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de categoria “D” ou “E”, conforme o tipo de veículo a ser conduzido, devendo possuir curso de transporte de passageiros, emitido por instituição reconhecida, bem como experiência comprovada na condução de veículos de transporte coletivo. Os condutores deverão adotar postura ética, cortês e profissional, observando rigorosamente as normas de segurança, direção defensiva, primeiros socorros e respeito às normas de proteção à criança e ao adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

6.31. A contratada deverá garantir que todos os serviços sejam prestados com pontualidade, regularidade e segurança, atendendo às solicitações da Secretaria Municipal Requisitante nos prazos, horários e locais determinados. Os veículos e condutores deverão estar sempre disponíveis conforme o cronograma de viagens e deslocamentos elaborado pelas secretarias e órgãos demandantes, assegurando continuidade e confiabilidade na execução contratual.

6.32. Todos os custos relacionados à prestação do serviço — incluindo combustível, manutenção, pedágios, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e demais despesas operacionais — serão de inteira responsabilidade da contratada, não cabendo ao Município qualquer reembolso adicional além do valor contratual acordado. É obrigatória a manutenção de seguro de responsabilidade civil que cubra eventuais danos materiais e pessoais causados a passageiros, terceiros ou ao patrimônio público durante a execução dos serviços, devendo a apólice ser apresentada antes do início da execução e renovada sempre que necessário.

6.33. Durante a vigência do contrato, a contratada deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de credenciamento, sendo passível de descredenciamento ou rescisão contratual caso qualquer requisito deixe de ser atendido. A empresa deverá, ainda, manter comunicação eficiente com a Secretaria requisitante, informando imediatamente qualquer ocorrência, alteração de itinerário ou situação que possa afetar a execução dos serviços.

6.34. A fiscalização dos serviços será exercida por servidor designado como fiscal do contrato, que acompanhará a execução, verificará a conformidade dos serviços prestados e poderá determinar a correção de falhas ou substituição de veículos e motoristas sempre que necessário. A contratada deverá atender prontamente às determinações do fiscal, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**

*[Assinaturas manuscritas]*



6.35. Por fim, as empresas credenciadas deverão observar os princípios da sustentabilidade ambiental e da responsabilidade social, priorizando o uso de veículos com baixa emissão de poluentes e a adoção de práticas internas que promovam a equidade de gênero e o respeito aos direitos humanos. Todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias e tributárias deverão ser rigorosamente cumpridas, sendo vedada qualquer forma de subcontratação total ou parcial dos serviços.

## **7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1. A execução dos serviços contratados ocorrerá de forma sob demanda, conforme as necessidades manifestadas pelas Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal de Comendador Gomes/MG. A prestação dos serviços será solicitada mediante requisição formal da Secretaria Requisitante, devidamente autorizada pelo gestor responsável, contendo informações sobre o itinerário, número de passageiros, data, horário e quilometragem estimada para execução da viagem.

7.2. Cada solicitação será tratada como uma ordem de serviço específica, cuja execução deverá ser rigorosamente cumprida pela empresa credenciada, observando os prazos, horários e condições previamente estabelecidos. O início da execução dependerá da confirmação formal da requisição, e o descumprimento injustificado implicará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme os arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Os serviços deverão ser executados de maneira contínua, segura e eficiente, com total observância às normas de trânsito e segurança vigentes. A contratada deverá garantir que os veículos e motoristas estejam sempre disponíveis e aptos ao transporte, atendendo com presteza às demandas emergenciais, inclusive em finais de semana, feriados e períodos noturnos, quando solicitado pela Secretaria competente.

7.4. A distribuição dos serviços entre os credenciados será realizada de forma isonômica, transparente e equitativa, observando critérios objetivos definidos pela Administração, de modo a evitar concentração indevida dos serviços em um único fornecedor. Para tanto, o Município poderá adotar sistema de rodízio, alternância ou divisão proporcional por secretaria, considerando a ordem cronológica das solicitações, a disponibilidade operacional e o histórico de desempenho dos prestadores.

7.5. Caberá à Secretaria responsável pela gestão do contrato o controle das solicitações e a gestão das escalas de atendimento, de modo a garantir a regularidade e continuidade dos serviços. O credenciado que, por motivo justificado, não puder atender à requisição deverá comunicar o fato com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de ser considerado inadimplente e ter suspenso seu direito de atendimento nas próximas requisições.

7.6. Durante a execução, os serviços deverão atender plenamente aos padrões de qualidade estabelecidos no Termo de Referência, em especial quanto à pontualidade, limpeza, conforto, conservação dos veículos e conduta dos motoristas. A fiscalização municipal poderá, a qualquer tempo, realizar vistorias, inspeções e verificações documentais para assegurar a conformidade do serviço com as normas contratuais e legais.

7.7. O recebimento dos serviços ocorrerá em duas etapas: recebimento provisório, para verificação imediata da execução, e recebimento definitivo, mediante conferência da documentação, relatório de viagens, quilometragem e atesto pela Secretaria Requisitante, conforme dispõe o art. 141 da Lei nº 14.133/2021. Somente após o recebimento definitivo e a devida liquidação da despesa é que será autorizado o pagamento.

7.8. O controle e registro das demandas atendidas serão realizados em relatórios mensais de execução, elaborados pelos credenciados e atestados pelas Secretarias demandantes. Esses relatórios deverão conter as viagens realizadas, distâncias percorridas, horários de saída e chegada, identificação dos condutores e eventuais ocorrências registradas durante a execução. A ausência de comprovação documental adequada poderá acarretar a glosa do pagamento.

7.9. Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá manter comunicação contínua e eficaz com o fiscal do contrato, informando imediatamente qualquer intercorrência ou fato que possa comprometer a prestação do serviço. Em caso de descumprimento contratual, falhas operacionais ou má execução do objeto, a Administração poderá determinar a reexecução dos serviços no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

7.10. A totalidade dos meios necessários à execução — tais como veículos, motoristas, combustíveis, pedágios, equipamentos de segurança e manutenção — será de responsabilidade exclusiva da contratada, cabendo à Administração apenas o acompanhamento, fiscalização e pagamento dos serviços efetivamente executados e

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**

*[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page]*



atestados.

**7.11.** Os serviços serão realizados prioritariamente dentro dos limites territoriais do Município de Comendador Gomes/MG, podendo, contudo, abranger viagens intermunicipais e interestaduais, desde que devidamente autorizadas e justificadas pela Secretaria solicitante. Em todos os casos, deverão ser observadas as normas do Código de Trânsito Brasileiro e as diretrizes da Administração Municipal para o transporte seguro de passageiros.

**7.12.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado como Fiscal de Contrato, responsável por verificar a conformidade dos serviços prestados, registrar ocorrências, emitir relatórios e propor medidas corretivas, conforme o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução dos serviços, que permanece integral e exclusiva.

**7.13.** Por fim, os serviços prestados serão remunerados por quilômetro rodado efetivamente executado e atestado, conforme medições e controles realizados pela Secretaria Requisitante. Qualquer divergência entre o serviço solicitado e o efetivamente realizado será analisada e corrigida antes da liquidação da despesa, assegurando transparência e regularidade no processo de pagamento.

## **8. GESTÃO DO CONTRATO**

**8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**8.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**8.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**8.6.** O controle da execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**8.7.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, na valoração e gestão nos termos do contrato, sendo designada a servidora **Iza Santos Tavares**.

**8.8.** Para esta contratação a gestão será exercida pelo Coordenador do Transporte Escolar, **Marcos Ramos Silva** para exercer a função de Fiscal de Contrato, sob a Lei Federal nº 14.133/2021 no decreto nº 1563/2024.

## **9. CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **9.1. Do Recebimento**

**9.1.1.** Os serviços de transportes de passageiros serão recebidos de forma sumária pelo responsável técnico designado pela Secretaria Municipal solicitante, para posterior verificação quanto à conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, no plano de divulgação e nas condições acordadas com o prestador.

**9.1.2.** Os serviços contratados de transportes de passageiros serão objeto de recebimento formal e controlado, conduzido por servidor ou comissão designada pela Secretaria Municipal requisitante, que atuará como responsável técnico pelo recebimento e fiscalização. O recebimento será realizado de forma sumária e inicial, logo após a execução do serviço, com o objetivo de verificar a conformidade básica do objeto entregue

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**

*[Assinatura]*  
Brazo

*[Assinatura]*  
Brazo

*[Assinatura]*  
Brazo

*[Assinatura]*  
Brazo



em relação ao solicitado, incluindo o tipo de veículo, o percurso realizado, a quilometragem percorrida, o cumprimento do itinerário e as condições gerais do transporte.

**9.1.3.** Após o recebimento sumário, será realizada a verificação definitiva, mediante conferência documental e técnica, para atestar se os serviços executados estão em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, nas condições contratuais e nas determinações da Secretaria demandante. O prazo de recebimento definitivo poderá ser prorrogado justificadamente por igual período, quando se fizerem necessárias diligências complementares, inspeções adicionais ou conferências administrativas que garantam a veracidade e regularidade da execução.

**9.1.4.** Havendo divergência ou controvérsia quanto à execução dos serviços — como a quilometragem apurada, o itinerário realizado, o cumprimento dos horários ou eventuais falhas de operação —, o processo seguirá o rito previsto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, que permite à Administração liquidar e pagar apenas a parcela incontroversa, até que as inconsistências sejam sanadas. Nesses casos, será exigida a emissão de Nota Fiscal específica, correspondente exclusivamente à parte dos serviços efetivamente atestados e reconhecidos como regulares.

**9.1.5.** O prazo necessário à correção de inadequações, complementação de documentação, regularização da Nota Fiscal ou ajustes de execução não será computado no prazo de recebimento definitivo, considerando-se suspenso até a completa solução das pendências identificadas. Somente após a comprovação da conformidade e a emissão do Atesto de Recebimento Definitivo será autorizada a liquidação da despesa e o consequente pagamento.

**9.1.6.** Importa ressaltar que o recebimento definitivo não exime o contratado de suas responsabilidades civis, administrativas e éticas, permanecendo obrigado a responder por eventuais vícios ocultos, falhas na prestação do serviço ou danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos do contrato e da legislação aplicável. Essa responsabilidade subsiste durante todo o período de vigência contratual e pelo prazo prescricional definido em lei, conforme dispõe o art. 142, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

**9.1.7.** Dessa forma, o processo de recebimento, provisório e definitivo, assegura a observância dos princípios da segurança jurídica, transparência, controle e eficiência, garantindo que os pagamentos públicos somente sejam realizados após a devida comprovação da regularidade e conformidade dos serviços prestados.

## **9.2. Do Reajuste e do Reequilíbrio**

**9.2.1.** Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante o período de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta ou da data-base definida no edital, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

**9.2.2.** Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da contratada, com base na variação do índice oficial a ser definido no edital ou contrato (INPC), observada a legislação vigente.

**9.2.3.** O reajuste não é automático, devendo ser requerido pela contratada, instruído com memória de cálculo, sendo aplicado somente após análise e aprovação pela Administração.

**9.2.4.** Não serão admitidos pedidos de reequilíbrio decorrentes de variações ordinárias de mercado previsíveis ou de má gestão operacional da contratada.

## **9.3. Liquidação**

**9.3.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**9.3.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.3.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**

*[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page]*



- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.3.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**9.3.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de certidões negativas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**9.3.6.** A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**9.3.7.** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**9.3.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.3.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**9.3.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Município.

#### **9.4. Prazo de pagamento e forma de pagamento**

**9.4.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**9.4.2.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**9.4.3.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.4.4.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

#### **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**10.1.** A seleção dos fornecedores será realizada por meio de procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal nº 1.541/2023.

**10.2.** O credenciamento tem como finalidade habilitar todas as empresas interessadas que atendam às condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência, possibilitando a contratação paralela e não excludente, garantindo isonomia, competitividade e eficiência administrativa.

**10.3.** O credenciamento será amplo e contínuo durante o prazo de vigência, admitindo-se a inclusão de novos fornecedores a qualquer tempo, desde que atendam integralmente às condições do edital.

**10.4.** O critério de remuneração será baseado em valores máximos de referência definidos pela Administração, com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 1.541/2023.

**10.5.** A Administração poderá acionar os fornecedores credenciados de forma alternada ou simultânea, conforme critérios de conveniência administrativa, respeitando-se os princípios da isonomia e da vantajosidade.

**10.5.1.** A Administração poderá acionar os fornecedores credenciados de forma alternada ou simultânea, observando os seguintes critérios:

I – Conveniência administrativa e logística (proximidade do local, disponibilidade para entrega imediata dos serviços, entre outros);

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**

*[Assinaturas manuscritas]*



- II – Atendimento às especificações do objeto;  
III – Pontualidade e regularidade das entregas de serviços anteriores;  
IV – Ordem de rodízio ou escala, sempre que possível, de forma a assegurar o tratamento isonômico entre os credenciados.

**10.5.2.** Os credenciados que não atenderem às condições estabelecidas em ordens de fornecimento ou que incorrerem em atrasos ou irregularidades poderão ser suspensos temporariamente da escala de atendimento, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

**10.6.** O fornecedor que descumprir injustificadamente as condições do contrato estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência, sem prejuízo das demais responsabilidades civis e penais cabíveis.

**10.7.** A empresa deverá comprovar suas Condições de PROPOSTA e HABILITAÇÃO apresentando os documentos abaixo:

**10.7.1.** A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, devidamente assinada por seu representante legal, contendo:

- Identificação completa da empresa (razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail);
- Valor unitário por quilômetro rodado, respeitando o teto máximo fixado pela Administração;
- Declaração de que estão inclusos no valor todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do serviço;
- Indicação do(s) veículo(s) que será(ão) disponibilizado(s) para a execução do objeto.

**Deverá acompanhar a proposta a seguinte documentação do veículo:**

- Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) vigente;
- Comprovante de seguro obrigatório (DPVAT, se aplicável);
- Apólice de seguro de responsabilidade civil válida;
- Comprovante de vistoria veicular, quando exigida pela legislação;
- Documento que comprove a propriedade ou posse legítima do veículo (CRLV em nome da empresa ou contrato de locação válido);
- Comprovante de regularidade do curso de transporte coletivo do motorista;
- CNH do motorista com categoria "D" ou superior.

**10.8.** Apresentação de requisitos de HABILITAÇÃO, com fornecimento dos documentos constantes no art. 62 e seguintes da Lei 14.133/21, os quais serão especificados pelo Agente de Contratações no Edital de convocação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As dotações orçamentárias para custear as despesas decorrentes das contratações do objeto desta licitação serão informadas a seguir,

Secretaria de Administração: 02.01.07.01.04.122.0002.11.2.020.3.3.90.39.00.00; FC; 240; Fonte: 1500;
Secretaria de Educação: 02.01.04.01.12.122.0005.01.2.003.3.3.90.39.00.00; FC:53; Fonte:1500; 02.01.04.02.12.361.0005.04.2.007.3.3.90.39.00.00; FC; 68; Fonte: 1500; 02.01.04.02.12.365.0005.09.2.010.3.3.90.39.00.00; FC; 117; Fonte: 1500; 02.01.04.02.12.364.0005.08.2.012.3.3.90.39.00.00; FC: 107; Fonte: 1500;
Secretaria do Esporte: 02.01.15.01.27.812.0002.29.2.165.3.3.90.39.00.00 FC 724, Fonte 1500.
Secretaria de Cultura: 02.01.04.03.13.392.0002.26.2.043.3.3.90.39.00.00 FC 164, Fonte 1500
Secretaria de Assistência Social: 02.01.12.01.14.422.0013.20.2.078.3.3.90.39.00.00 FC 492, Fonte 1500,

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**

Assinaturas e rubricas:



02.01.12.01.14.422.0013.21.2.088.3.3.90.39.00.00 FC 508, Fonte 1500,
02.01.12.02.08.122.0013.10.2.125.3.3.90.39.00.00 FC 526, Fonte 1500.
02.01.12.02.08.245.0013.17.2.161.3.3.90.39.00.00 FC 601, Fonte 1500.
Secretaria de Saúde: 02.01.05.01.10.122.0012.01.2.066.3.3.90.39.00.00 FC 195, Fonte 1500,
02.01.09.01.10.301.0012.06.2.050.3.3.90.39.00.00 FC 319, Fonte 1500,
02.01.09.01.10.301.0012.09.2.053.3.3.90.39.00.00 FC 343, Fonte 1500;
Transporte Escolar: 02.01.04.02.12.361.0005.05.2.008.3.3.90.39.00.00; FC: 81; Fonte: 1500;
Ensino Especial: 01.04.02.12.367.0005.10.2.013.3.3.90.39.00.00; FC: 142; Fonte: 1500;
Cultura: 02.01.04.03.13.392.0002.26.2.043.3.3.90.39.00.00 FC 164, Fonte 1500.
Fundo Mun.Cultura: 02.01.04.05.13.391.0014.01.2.014.3.3.90.39.00.00 FC 183, Fonte 1500.
Secretaria do Meio Ambiente: 02.01.06.01.18.541.0002.09.2.019.3.3.90.39.00.00 FC 221, Fonte 1500.
Secretaria de Agricultura: 02.01.14.01.20.608.0011.06.2.138.3.3.90.39.00.00 FC 694, Fonte 1500.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o credenciado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.9. Fraudar a licitação

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**

*[Assinaturas manuscritas]*



- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a contar da comunicação oficial.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8,, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobre venha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 12.15. Os critérios e percentuais de multa estarão previstos na Minuta de Contrato Administrativo elaborada pelo Setor Jurídico.

### 13. DOS CASOS OMISSOS

- 13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**

*[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page]*



#### 14. FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Frutal/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação.

#### 15. DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO

15.1. Integram a presente contratação, na condição de Secretarias participantes e demandantes do objeto, as seguintes unidades administrativas do Município de Comendador Gomes – MG:

- I – Secretaria Municipal de Administração;
- II – Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- III – Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo;
- IV – Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação;
- V – Secretaria Municipal de Saúde;
- VI – Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- VII – Secretaria Municipal de Agricultura.

15.2. As Secretarias participantes poderão requisitar os serviços conforme suas necessidades institucionais, observando as disposições deste Termo de Referência, do edital de credenciamento e do contrato administrativo.

15.3. A gestão e fiscalização da execução contratual ocorrerá conforme designação formal da Administração, podendo haver fiscalização setorial quando o serviço for requisitado por Secretaria específica.

Comendador Gomes/MG, 19 de Fevereiro de 2026



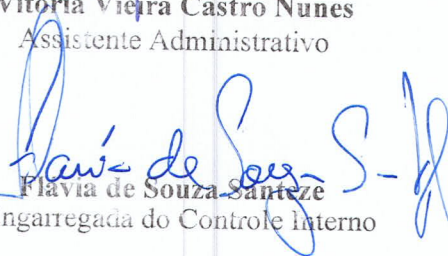
**Camilla Silva Teixeira**

Encarregada de Coordenação Municipal de Administração



**Vitoria Vieira Castro Nunes**

Assistente Administrativo



**Flavia de Souza Santeze**

Encarregada do Controle Interno

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**





**APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO REFERENTE AO ETP Nº 04/2026**

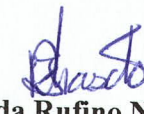
**OBJETO:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, mediante disponibilização de veículo tipo Kombi/Van, com capacidade mínima de 12 (doze) e máxima de 15 (quinze) passageiros, com motorista devidamente habilitado, destinados ao atendimento das demandas institucionais dos órgãos e Secretarias do Município de Comendador Gomes/MG.

Considerando que o Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar contemplam elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto a ser adquirido, **APROVAMOS** o referido documento para que, obrigatoriamente, seja parte integrante do edital a ser elaborado pelo Setor de Licitações.

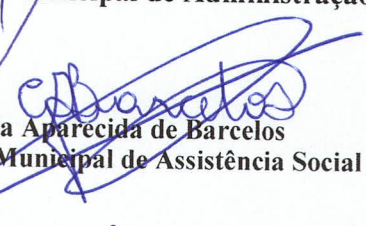
Comendador Gomes/MG, 19 de Fevereiro de 2026

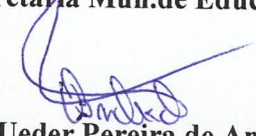
  
**André Luiz Negrão**

**Secretário Municipal de Administração**

  
**Fernanda Rufino Nascimento**


**Secretária Mun.de Educação e Cultura**

  
**Giselia Aparecida de Barcelos**  
**Secretária Municipal de Assistência Social**

  
**Ueder Pereira de Andrade**  
**Secretário Mun. de Agricultura**

  
**Regiane Ferreira Barcelos**  
**Secretaria Municipal de Meio Ambiente**

  
**Erioaldo da Silva Ferreira**  
**Secretário Municipal de Saúde**

  
**Selma Aparecida da Silva Novato**  
**Secretária Municipal de Esporte, Lazer e Turismo**